

GT41: Estudos Etnográficos sobre Cidadania

Marcus Cardoso, Luís R. Cardoso de Oliveira

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre "direitos", "cidadania", "igualdade" e "justiça". Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica tradicional. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a "cidadania" como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a "cidadania" é significada em diversos contextos etnográficos e por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre "cidadania".

Cadeia, substantivo negro e feminino (ato III): as familiares de presos na sobrevivência e resistência à prisão.

Autoria: Isadora de Assis Bandeira

A presente proposta trata-se de uma pesquisa etnográfica em andamento que consiste em observar e etnografar questões que envolvem a tríade mulheres, cadeia e violência de Estado. Essa inspiração surge de um longo período de trabalho de campo em uma cadeia pública mista na região da Tríplice Fronteira, na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. Atualmente, os esforços voltam-se à compreensão das dinâmicas dessa mesma tríade, todavia realocando o olhar para "fora" da prisão, em especial às mulheres visitantes da malha carcerária da Ilha de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis. Tendo nas famílias visitantes, sobretudo na figura das mulheres, as principais interlocutoras da pesquisa, pretendo compreender as práticas, rotinas e dinâmicas às quais estão sujeitas enquanto familiares da população encarcerada, levando em consideração a violência estatal e seus impactos sobre essas vidas. Apropriando-me do conceito de violência enquanto insulto moral (Oliveira, 2008), o interesse central se baseia em compreender de que maneiras essas famílias experimentam e resistem à punição extensa. Portanto, o objetivo é, junto ao GT, refletir a respeito das experiências de vida das familiares da população encarcerada as quais estou observando e dialogando em trabalho de campo. À vista disso, pretendo analisar as múltiplas constituições de "cidadanias" que coexistem nesse coletivo de mulheres frente ao estigma de "mulher/familiar de preso" e os impactos e atravessamentos a partir das relações com as instituições estatais e demais segmentos da sociedade. Ademais, a pesquisa enquanto afetada pelos efeitos da pandemia de Covid-19 toma esse contexto como questão central para pensar através de suas reconfigurações e efeitos na prisão, além de seus impactos tanto na execução do projeto de pesquisa quanto em relação à realidade pesquisada, bem como na gestão estatal sobre essas instituições e pessoas seletas.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

